

03 AGO 1996

O GLOBO

# Dentro da expectativa

**N**os tempos da inflação aguda, o déficit nominal do setor público no Brasil ultrapassava a casa de 50% do Produto Interno Bruto (PIB). Os vários mecanismos de indexação distorciam de tal maneira as contas públicas no Brasil então que o Fundo Monetário Internacional teve de adotar uma metodologia especial para poder analisá-las.

Assim, as finanças públicas no Brasil costumam ser interpretadas pelo ângulo das receitas e despesas primárias (que excluem juros), operacionais (incluindo os juros) e finalmente considerando toda a movimentação de títulos da dívida pública (nominal). A inflação aguda camuflava, sob a rubrica de correção monetária, uma quantidade infundável de receitas aparentes e despesas efetivas. Depois do real, parte dessas receitas naturalmente desapareceu (daí o atual estado precário das finanças em muitos estados e municípios), enquanto os gastos passaram a crescer de fato, como é o caso da folha do funcionalismo ou dos pagamentos de benefícios a aposentados e pensionistas da Previdência Social.

Diante dessa realidade, até que o comportamento das finanças públicas no Brasil se encontra em uma trajetória positiva, e compatível com o objetivo de estabilidade da moeda.

Os esqueletos que ficavam escondidos dentro do armário foram expostos para que o país soubesse o que seria feito deles. O Banco do Brasil tinha um enorme rombo que precisava ser corrigido por aumento de capital com a participa-

ção do Tesouro Nacional.

Alguns bancos estaduais e privados também entraram em parafuso, obrigando o Governo a intervir para restabelecer a normalidade do sistema e da economia.

Além disso, para defender o real do ataque especulativo desfechado a partir da crise mexicana, as autoridades econômicas precisaram recorrer temporariamente a um aperto monetário interno cavalgar que pôs as taxas de juros em níveis quase intoleráveis.

O resultado desse conjunto de fatores foi uma elevação da dívida pública interna. Esse endividamento não chegou a atingir patamar capaz de comprometer o programa de estabilização da moeda.

Como estão em curso outros fatores, que devem contribuir para uma redução da dívida global do setor público (amortização progressiva de empréstimos externos, venda de empresas estatais e reformas com impacto direto sobre as demais contas governamentais), espera-se que o quadro melhore gradualmente.

O crescimento da dívida interna não era desejável, mas até aqui existem explicações plausíveis para essa expansão. O segundo semestre será extremamente importante para se chegar a um diagnóstico mais aprofundado da saúde das finanças públicas.

Se o Governo estiver com a razão, ao fim de 1996 o Brasil terá reduzido o déficit público nominal para 5% do PIB e o déficit operacional para 2,5%, cifras bem razoáveis.

---

... não chegou  
a um patamar  
capaz de  
comprometer o  
programa

---